

A robustez da economia-real

A economia brasileira acumulou, nos últimos anos, preciosas vantagens em relação às economias asiáticas que exportaram a crise que nos ameaça agora. Essas vantagens são apontadas pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente do BNDES Antônio Barros de Castro. Para começar, a empresa local está pronta para uma nova etapa de crescimento – mais moderna, com baixo endividamento e operada por trabalhadores bem mais produtivos do que há alguns anos. Essa empresa, sobrevivente de muitas crises, pode exibir, neste momento, uma robustez invejável, quando comparada com as concorrentes baseadas na Ásia. Estas, habituadas a depender de volumosos financiamentos e, em muitos casos, de um forte apoio governamental, têm de enfrentar um duro ajuste ainda por algum tempo. Além disso, o sistema financeiro nacional – saneado pelo Proer – continua sólido, numa situação nem remotamente comparável à de muitos bancos da Ásia.

Do lado da oferta de bens e serviços, portanto, o sistema produtivo brasileiro está basicamente em ordem. Velhas deficiências, principalmente na infraestrutura pública – energia, transportes e telecomunicações –, começam a ser corrigidas, com a privatização e os contratos de concessão, pontos

de partida para importantes investimentos em curso ou projetados. Esses ganhos dificilmente serão perdidos de uma hora para outra. Mas o crescimento da economia depende essencialmente das condições da demanda – e neste ponto surge o problema fiscal. Com um déficit público próximo de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), o sistema produtivo fica impedido de aproveitar todo o seu potencial. “Esta seria a hora de começar a colher os frutos”, comentou Barros de Castro numa entrevista publicada no domingo pelo *Estado*. Mas é preciso enfrentar, além da concorrência mundial, hoje exacerbada, os problemas impostos pelo desajuste das contas públicas.

Por esse lado, a retração internacional surpreendeu o Brasil numa situação especialmente desconfortável. O desequilíbrio externo, com um déficit elevado na conta corrente do balanço de pagamentos, tornou-se insustentável e será preciso reduzi-lo. Mas a maior limitação é o desajuste interno. Como será necessário cortar severamente o déficit público, o País ingressa na crise internacional com o pé errado, observou o economista. Barros



Brasil

de Castro não deixou claro tudo aquilo que pretendeu dizer com isso. Mas é possível, sem nos afastarmos da linha geral de seu raciocínio, tirar algumas conclusões. Mesmo um ajuste bem montado leva alguns meses para produzir efeitos sensíveis. No intervalo, a redução da taxa de juros deverá ser gradual. Isso funcionará como um freio para a economia. Além disso, algumas providências para cortar o déficit fiscal – redução de gastos

em todos os níveis e, provavelmente, algum aumento de impostos – também deverão dificultar o crescimento.

Será impossível, portanto, colher todos os benefícios da modernização do sistema produtivo, nesta fase de ajuste. Mas essa modernização poderá proporcionar, segundo Barros de Castro, alguns efeitos difíceis de medir por antecipação. O baixo endividamento é uma vantagem preciosa, num período de juros elevados. Os ganhos de produtividade provavelmente continuarão a ocorrer, em consequência da reorganização empresarial e da maturação de investimentos. Estão ocorrendo “milhares de reformas microeconômicas”, disse Bar-

ros de Castro e está sendo inaugurada “uma família de novas indústrias”. Além disso, a criatividade empresarial poderá de novo orientar-se para a substituição de importações. Essa orientação, de fato, já é observável, como tem dito o secretário da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros. Muitas indústrias descobriram o mercado brasileiro, vendendo produtos de fora, e já começam a fabricar no País produtos inicialmente importados.

Reformada, a empresa está pronta para crescer, se o governo fizer o ajuste correto

O investimento iniciado nos anos 70 facilitou, a partir de 1983/84, a recuperação da economia brasileira, depois da recessão causada pela crise da dívida externa. O primeiro a

identificar esse movimento foi o próprio Barros de Castro. Naquele momento, ele foi capaz de avaliar antes de outros observadores a mudança no lado real da economia brasileira. Mas parte desses benefícios foi desperdiçada, nos anos seguintes, com a piora da situação fiscal. Desta vez, uma política mais decidida poderá evitar esse desperdício. A lição deve ter sido aprendida.